



**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES
DE AUDITORIA INTERNA – PAINT
EXERCÍCIO/2016**

Outubro/2015

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO

II - A INSTITUIÇÃO

- a) Missão
- b) Histórico
- c) Contexto Regional
- d) Localização
- e) Estrutura Organizacional
- f) Objetivos
- g) Proposta Orçamentária 2016

III - AUDITORIA INTERNA DO IFNMG

- a) Composição
- b) Objetivos
- c) Atribuições da Auditoria Interna
- d) Locais Onde Serão Realizadas as Ações
- e) Áreas a serem auditadas

IV - FATORES RELEVANTES NA ELABORAÇÃO DO PAINT

- a) Parâmetros Adotados
- b) Representação da Materialidade, Relevância e Criticidade na Matriz de Risco

V - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

- a) Calendário de Trabalho da Auditoria Interna
- b) Conhecimentos Necessários
- c) Resultados Esperados
- d) Ações Previstas para o ano de 2016

VI - ANEXOS

I – INTRODUÇÃO

A elaboração do presente PAINT/2016, em cumprimento ao que estabelece a IN CGU/SFC nº 01, de 03 de Janeiro de 2007 e em cumprimento ao estabelecido no Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelos Decretos nº4.304, de 16 de julho de 2002 e nº6.692 de 12 de dezembro de 2008 e ainda em adequação à IN nº07, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela IN CGU nº09, de 14 de novembro de 2007, no intuito de subsidiar o planejamento e a atuação do Setor de Auditoria Interna na identificação das impropriedades e irregularidades mais comuns constatadas nos trabalhos de auditoria, nos diversos setores da Unidade Gestora, bem como, atuar de forma preventiva na solução destes desvios, junto com o gestor e coordenadores, visando um maior controle, responsabilidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade nas ações diárias do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG.

A Auditoria Interna tem como meta principal o fortalecimento da Gestão, dos departamentos e coordenações, racionalização das ações e apoio total aos Órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal.

Os procedimentos e as técnicas de auditoria caracterizam-se como um conjunto de verificações e averiguações, que nos permite obter as evidências e provas suficientes e adequadas para analisar as informações e, posteriormente, formular e fundamentar opinião que será processada e levada ao conhecimento das coordenações e da direção geral.

II – A INSTITUIÇÃO

a) Missão

“Produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico, para formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo.”

b) Histórico

- ✓ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, através da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF), instituições com mais de 50 anos de experiência na oferta da educação profissional. Atualmente, agrega onze *campi*: Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Januária, Montes Claros, Pirapora, Teófilo Otoni e Salinas, Campus Avançado Janaúba e Campus Avançado Porteirinha – e a Reitoria, sediada em Montes Claros.
- ✓ A área de abrangência do IFNMG é constituída de 171 municípios distribuídos em quatro mesorregiões (Norte e Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri), ocupando uma área total de 249.376,20 km². A população total estimada é de 2.844.039 habitantes (dados do IBGE, 2010).
- ✓ O Instituto oferece cursos técnicos de nível médio (nas modalidades integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio), presenciais e a distância, cursos técnicos PROEJA (educação de jovens e adultos), FIC (formação inicial e continuada), cursos superiores (tecnologia, bacharelado e licenciatura) e pós-graduação. Também são ofertados cursos no âmbito do Programa Mulheres Mil e Bolsa-Formação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).
- ✓ Neste contexto o Instituto Federal do Norte de Minas se firma como Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.
- ✓ Além disso, o Instituto também tem como compromisso desenvolver programas de extensão e divulgação científica e tecnológica, bem como realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

c) Estrutura Organizacional:

REITORIA

Prof. José Ricardo Martins da Silva

Reitor

Prof. Edmilson Tadeu Cassani

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Profa. Ana Alves Neta

Pró-Reitora de Ensino

Prof. Paulo César Pinheiro de Azevedo

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Rogério Mendes Murta

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Prof. Alisson Magalhães Castro

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

CAMPUS

Prof. Joan Brálio Mendes Pereira Lima

Diretor-Geral – Campus Almenara

Prof. Aécio Oliveira de Miranda

Diretor-Geral – Campus Araçuaí

Prof. Elias Rodrigues de Oliveira Filho

Diretor-Geral – Campus Arinos

Prof. Cláudio Roberto Ferreira Montalvão

Diretor-Geral – Campus Januária

Prof. Nelson Licínio Campos de Oliveira

Diretor-Geral – Campus Montes Claros

Prof. Júlio César Pereira Braga

Diretor-Geral – Campus Pirapora

Profa. Maria Araci Magalhães

Diretora-Geral – Campus Salinas

Prof. Renildo Ismael Félix da Costa

Diretor-Geral – Campus Teófilo Otoni

Prof. Júnior Jáber

Diretor-Geral – Campus Diamantina

Prof. Fernando Barreto Rodrigues

Diretor-Geral – Campus Avançado Janaúba

Prof. Tarso Guilherme Macedo Pires

Diretor-Geral – Campus Avançado Porteirinha

d) Objetivos:

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- Ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

e) Proposta Orçamentária 2016:

Segundo a Lei 11.892, de 29/12/2008, os Institutos Federais possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A proposta orçamentária anual é identificada para cada campus e Reitoria, exceto no que diz respeito a Recursos Humanos, encargos sociais e benefícios, que se concentra somente na Reitoria.

O orçamento do Instituto é disponibilizado via Reitoria (UG 26410) e a execução é descentralizada nos *campi*. Abaixo, apresentamos a distribuição programática dos créditos orçamentários previstos para 2016:

Resumo da Proposta Orçamentária 2016 por Programa/Ação/Grupo de Despesas:

Ação	Descrição	Pessoal Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
PROGRAMA 2031: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
20RG	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica			3.658.537,00	3.658.537,00
20RL	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica		31.334.913,00	5.264.359,00	36.599.272,00
2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional		9.114.104,00	2.048.488,00	11.162.592,00
6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		1.306.787,00	273.843,00	1.580.630,00
PROGRAMA 2109: PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO					
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		2.160.000,00		2.160.000,00
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		2.051.112,00		2.051.112,00
2010	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados		336.000,00		336.000,00
2011	Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados		62.040,00		62.040,00
2012	Auxílio-Alimentação aos Dependentes dos Servidores e Empregados		5.400.000,00		5.400.000,00
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	95.740.055,00			95.740.055,00
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-funeral e Natalidade		47.652,00		47.652,00
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	17.966.897,00			17.966.897,00
PROGRAMA 0089: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS CIVIS					
0181	Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis	9.728.589,00			9.728.589,00
PROGRAMA 0910: OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS					
00OL	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica		57.460,00		57.460,00
TOTAL POR GRUPO DE DESPESAS		123.435.541,00	51.870.068,00	11.245.227,00	
TOTAL PLO					186.550.836,00

Dados obtidos no Portal do Ministério do Planejamento – Proposta Orçamentária 2016, Vol V, pag. 587 a 589.

III – AUDITORIA INTERNA DO IFNMG

A auditoria interna é um órgão de assessoramento especial, subordinado administrativamente ao Reitor e vinculado ao Conselho Superior. Tem a finalidade de orientar a gestão, analisar os controles internos e fiscalizar os atos e fatos administrativos da Instituição em toda sua abrangência.

a) Composição

A unidade de Auditoria Interna do IFNMG é composta por um coordenador e auditores internos, em número necessário para atender suas finalidades. Atualmente, seu quadro tem esta composição:

Lotação	Nome	Ingresso	Cargo	Formação Acadêmica
Reitoria	Clarice Rodrigues da Silva (Coordenadora)	09/01/95	Téc. em Tecnologia da Informação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Amarildo Nunes Lopes	01/10/10	Auditor	Ciências Contábeis
	Helder Luiz Costa	29/08/11	Auditor	Ciências Contábeis
	Ana Paula Quintino Rocha	24/09/14	Auditora	Ciências Contábeis
	Maria Fernanda Veloso Britto	29/07/15	Auditora	Direito
	Josiane Fernandes Oliveira	03/08/15	Auditora	Direito
Salinas	Flávia Cícera Xavier Machado	24/09/09	Auditora	Administração
Januária	Juarez Batista Viana	06/01/10	Auditor	Ciências Contábeis

b) Objetivos:

- Propor ao IFNMG, a partir de exames efetuados, recomendações e medidas voltadas ao aprimoramento do Sistema de Controle Interno;
- Observar de Normas e Legislações vigentes, certificando a existência de controles operacionais eficientes que resguardem o Patrimônio Público em cada um de seus *campi*;
- Promover a melhoria na utilização dos recursos públicos, identificando aspectos importantes que ajudem a medir o desempenho da gestão através dos indicadores existentes;
- Acompanhar a execução dos atos e fatos administrativos, orientando quanto a procedimentos, respaldados na legalidade, que gerem índices satisfatórios de economicidade, eficiência e eficácia em cada um de seus *campi* e também na Reitoria;
- Avaliar sumariamente os riscos do objeto ou da ação auditada, e sua relevância em relação à Instituição.

c) Atribuições da Auditoria Interna:

- Assessorar o Gestor do IFNMG no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando aferir o nível de execução das metas;
- Verificar o desempenho da gestão dos *campi*, visando averiguar a legalidade dos atos e dos resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência dos Controles da gestão orçamentária e financeira, patrimonial, de recursos humanos e dos demais sistemas administrativos e operacionais;

- Acompanhar a efetivação de recomendações dos órgãos de controle interno e externo;
- Elaborar o PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, do exercício seguinte, e o RAIN – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício vigente, a serem encaminhados à Controladoria Geral da União – CGU e ao Conselho Superior para aprovação.
- Executar outras atividades inerentes à área de auditoria interna, que sejam delegadas pelo Reitor ou pelos Órgãos de Controle.

d) Locais Onde Serão Realizadas as Ações:

Os trabalhos de auditoria previstos para o exercício de 2016 serão desenvolvidos na Reitoria e em todos os *campi* que integram o Instituto.

A seguir, descreveremos os principais pontos de controle que serão auditados pela Unidade durante o exercício:

e) Áreas a serem auditadas:

✓ **Controles da Gestão**

- Avaliação dos Controles Internos da Gestão;
- Programas de Governo;
- Análise da atividade-fim: ensino, pesquisa e extensão;

✓ **Gestão Orçamentária/Financeira**

- Convênios;
- Acompanhamento da execução do Orçamento;
- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes;

✓ **Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços**

- Contratos de Obras;
- Licitações e contratos de bens e serviços;
- Setor de Transporte;
- Setor de Almoxarifado;
- Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF;

✓ **Reserva Técnica**

- Assessoramentos e Orientações aos vários setores da Instituição
- Participação em Reuniões
- Acompanhamento das recomendações/determinações da CGU/SC e TCU

A Auditoria Interna, no exercício de suas atividades, utiliza os sistemas informatizados via web aos quais tem acesso, realizando seus trabalhos mediante coleta de dados nestes sistemas e nos trabalhos de campo junto aos coordenadores, bem como, verificação de documentos comprobatórios e papéis de trabalho quando necessário.

IV – FATORES RELEVANTES NA ELABORAÇÃO DO PAINT

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna tem pautado nos planejamentos dos trabalhos pelos parâmetros a seguir:

Criticidade, Observando o intervalo de tempo entre auditorias, falta/falhas apontadas e a descentralização nos processos a serem analisados.

Materialidade quanto ao volume de recursos movimentado pela ação em relação ao volume de recursos total da instituição para 2016;

Relevância da Ação Governamental em relação à missão institucional, a imagem da instituição e aos serviços prestados por ela;

O papel da Auditoria Interna é avaliar os controles internos, identificar suas falhas, fazer recomendações para corrigi-las e acompanhar sua implementação, não lhe cabendo a incumbência de estabelecer estratégias para gerenciamento de riscos ou instituir controles para mitigá-los, mas avaliar a qualidade desses processos, que são de responsabilidade dos gestores.

No caso do IFNMG, os controles internos ainda estão em fase de elaboração, portanto não estão implementados. Por esta razão, os trabalhos de auditoria vem se pautando em análise de conformidade, verificando os procedimentos e processos adotados em cada uma das unidades da Instituição.

Na execução dos trabalhos são utilizados os sistemas: SIAFI, SIAPE, SIAPE DW, SIASG, SICONV, SCP, SCDP e demais ferramentas eletrônicas, que servem de subsídios para auditar as áreas e setores: finanças, licitações e contratos, prestações de serviços em geral e outros.

Matriz de Risco

Avaliar riscos em auditoria interna significa identificar, medir e priorizar os riscos, para possibilitar a focalização das áreas auditáveis mais significativas. A avaliação do risco é utilizada para identificar as áreas mais importantes dentro do seu âmbito de atuação, permitindo ao auditor interno fazer um planejamento de auditoria, capaz de testar os controles que se mostrarem materialmente e criticamente relevantes. A Matriz de Risco foi desenvolvida a partir de informações de auditorias em anos anteriores e na aplicação das verbas orçamentárias previstas para o ano de 2016, que indicam as principais áreas, ações e demandas constantes no cronograma de trabalho (Anexo III).

Na elaboração da Matriz de risco, o parâmetro criticidade foi utilizado para avaliar e definir os processos/procedimentos e áreas a serem auditados, uma vez que este é o foco dos trabalhos da Auditoria Interna. Para a avaliação quanto aos parâmetros de materialidade e relevância foram considerados os programas e ações governamentais que constam na proposta orçamentária - PLOA, bem como recursos da ação 20RW, proveniente de descentralização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas conforme as tabelas a seguir, de acordo com situação apresentada em cada um dos aspectos. O parâmetro criticidade é formado pela média aritmética dos componentes empregados para quantificar o item.

a) Parâmetros adotados:

- **Criticidade:** A hierarquização pela criticidade leva em consideração os processos/procedimentos e áreas a serem auditadas nos aspectos a seguir:
 - Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento, sendo que quanto maior o intervalo, maior a pontuação;
 - Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição, sendo a maior pontuação quando existirem faltas/falhas conhecidas e apontadas pela Controladoria Geral da União ou pelo Tribunal de Contas da União.
 - Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição, sendo que consideramos apenas duas possibilidades: atividade centralizada para baixa pontuação ou atividade descentralizada, para maior pontuação;

Componente 1	
Fator	Intervalo de tempo entre a última auditoria e o planejamento
4	Anos anteriores ou não ocorrida
3	2013
2	2014
1	2015

Componente 2	
Fator	Falha/falta conhecida nos controles internos da Instituição
4	Falhas conhecidas e apontadas pela CGU/TCU nos últimos 5 anos
3	Faltas/falhas conhecidas e já auditadas internamente nos últimos 3 anos
2	Indícios de faltas/falhas
1	Sem faltas/falhas conhecidas

Componente 3	
Fator	Quanto ao nível de descentralização da atividade
2	Atividade descentralizada (recurso gerido pelo campus)
1	Atividade centralizada (recurso é gerido pela Reitoria)

- **Materialidade:** é apurada com base no recurso da ação governamental, ou seja, o percentual é aplicado sobre o orçamento. Logo, $X = \text{orçamento}$. A hierarquização pela materialidade se dá da seguinte forma:

4	Alta Materialidade		$X >$	25,00%
3	Média materialidade	2,00%	$< X <$	25,00%
2	Baixa materialidade	0,20%	$< X <$	2,00%
1	Muito baixa materialidade		$X <$	0,20%

- **Relevância:** para esta análise, somou-se os pontos obtidos na relação do objetivo da ação governamental em relação missão, imagem e os serviços prestados pela Instituição:

1	Ação governamental ligada diretamente ao cumprimento da missão institucional
1	Atividade que possa comprometer diretamente os serviços prestados
1	Atividade que possa comprometer diretamente a imagem da instituição

b) Construção da Matriz de risco:

As ações da Auditoria Interna são direcionadas aos processos/procedimentos e áreas da Instituição, onde recursos de várias ações governamentais são executadas concomitantemente. Assim, o parâmetro Criticidade foi utilizado para avaliar os riscos inerentes aos processos/procedimentos e áreas e definir os que serão auditados.

Processos/Procedimentos e Áreas	Componente 1	Componente 2	Componente 3	Média
Ensino, Pesquisa e Extensão	4	4	2	3,33
Transferência de recursos	4	4	2	3,33
Obras – Contrato e execução	4	3	2	3,00
Licitações e contratos	2	4	2	2,67
Avaliação dos controles internos	4	2	2	2,67
Transporte	4	2	2	2,67
CPGF – Cartão de pagamento do governo federal	4	2	2	2,67
Ressarcimento	4	1	2	2,33
Almoxarifado	2	3	2	2,33
Diárias e passagens	2	3	2	2,33
Auxílios financeiros a estudantes e servidores	2	3	2	2,33
Patrimônio	1	4	2	2,33
Gestão de Pessoas	1	4	1	2,00

Considerando a força de trabalho do Setor de Auditoria Interna, foi definido que serão executadas nove ações de auditoria. Para a definição dos processos/procedimentos e áreas a serem auditados nas ações, foram escolhidos os que obtiveram no parâmetro criticidade, pontuação igual ou maior que 2,33. Houve empate nos itens Ressarcimento, Diárias e Passagens, Almoxarifado, Patrimônio e Auxílio Financeiro a Estudantes e Servidores. Foram eliminados os itens Ressarcimento e Diárias e Passagens em decorrência do baixo valor de recursos alocados nestas áreas e o Patrimônio em decorrência de ter sido realizado trabalhos nesta área no exercício de 2015.

Abaixo relacionamos os recursos de todas as ações do IFNMG publicadas no Projeto de Lei Orçamentária 2016 - PLOA, volume V para avaliação dos parâmetros de materialidade e relevância. Apesar não possuir previsão orçamentária na LOA, a ação 20RW também foi incluída. Seus recursos são provenientes de termos de cooperação feitos diretamente com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Esta ação foi relacionada com base nos valores previstos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017. Por verificar-se uma tendência de crescimento no aporte de recursos nesta ação, optamos por também incluí-la.

Ação	Descrição	Total de Recurso	Materialidade		Relevância				TOTAL (Mat. + Crit.)	
			Percentual	hierarquização	1	2	3	Total		
PROGRAMA 2031: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA										
20RG	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	3.658.537,00	1,89%	2	1,00	1,00	1,00	3,00	5,00	
20RL	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	36.599.272,00	18,88%	3	0,00	1,00	0,00	1,00	4,00	
2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional	11.162.592,00	5,76%	3	1,00	1,00	1,00	3,00	6,00	
6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	1.580.630,00	0,82%	2	0,00	1,00	0,00	1,00	3,00	
20RW*	Concessão de bolsas para estudantes e trabalhadores inscritos em cursos de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	7.350.000,00	3,79%	3	1,00	1,00	1,00	3,00	6,00	
PROGRAMA 2109: PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO										
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	2.160.000,00	1,11%	2	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	2.051.112,00	1,06%	2	0,00	1,00	0,00	1,00	3,00	
2010	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	336.000,00	0,17%	1	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
2011	Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados	62.040,00	0,03%	1	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
2012	Auxílio-Alimentação aos Dependentes dos Servidores e Empregados	5.400.000,00	2,78%	3	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	95.740.055,00	49,38%	4	0,00	1,00	1,00	2,00	6,00	
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-funeral e Natalidade	47.652,00	0,02%	1	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	17.966.897,00	9,27%	3	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	
PROGRAMA 0089: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS CIVIS										
181	Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis	9.728.589,00	5,02%	3	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	
PROGRAMA 0910: CONTRIBUIÇÕES A ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS SEM EXIGÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA										
00OL	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	57.460,00	0,03%	1	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
TOTAL		193.900.836,00	100,00%							

Após a análise dos parâmetros de materialidade e relevância, foram escolhidas as Ações Governamentais que tiveram pontuação acima de 3. Os recursos destas ações serão avaliados nos processos/procedimentos e áreas definidas através do parâmetro criticidade.

Apesar de ter grande materialidade e relevância, a ação 20TP, que está relacionada à área de Gestão de Pessoas, teve baixa pontuação no parâmetro criticidade, pois a mesma foi constava no PAINT 2015 e sua execução está em andamento, sendo assim descartadas ações nesta área.

Com base no exposto acima e considerando a relevância e a vulnerabilidade de cada processo/procedimento e área, selecionamos para auditar especialmente no ano de 2016 as Ações Governamentais abaixo relacionadas, levando em consideração o volume de recursos que será disponibilizado em cada uma delas, que somados chegam a 30,31% do orçamento da Instituição.

As demais Ações Governamentais também poderão ser auditadas, mas uma atenção maior será dispensada a estas por possuírem pontos críticos e riscos em potencial.

Ação	Finalidade	Descrição	PLOA 2016
20RG	Ampliar, reorganizar, modernizar e integrar as unidades vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.	Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e relocação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios.	3.658.537,00
2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho: fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, e demais iniciativas típicas de assistência ao educando, cuja concessão contribua para o bom desempenho do aluno na escola.	11.162.592,00
20RL	Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos da Instituição, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/ reforma/ adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.	36.599.272,00
20RW	Concessão de bolsas para estudantes e trabalhadores inscritos em cursos de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	As bolsas abrangem o custeio de transporte, moradia e alimentação ao beneficiário.	7.350.000,00*

* Valor previsto para os exercícios de 2015, 2016 e 2017.

V – PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

a) Calendário de Trabalho da Auditoria Interna

A totalização dos dias e horas trabalhados pela coordenadoria de auditoria interna e auditores lotados em cada um dos *campi* em funcionamento, está definido conforme calendário de trabalho especificado abaixo:

Equipe	Servidor	MESES 2016 / DIAS ÚTEIS												TOTAIS	
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	Dias	Horas
Equipe I	Amarildo Nunes Lopes	20	19	22	20	21	22	12	23	21	19	20	07	226	1.808
	Maria Fernanda Veloso Britto	20	19	22	20	21	22	21	13	21	19	17	22	237	1.896
Equipe II	Josiane Fernandes Oliveira	20	19	22	20	21	22	21	23	21	19	20	17	245	1.960
	Ana Paula Quintino Rocha	15	19	22	15	16	22	21	23	14	19	13	22	221	1.768
Equipe III	Clarice Rodrigues da Silva	10	19	22	20	21	22	11	23	21	19	16	22	226	1.808
	Helder Luis Costa	15	19	13	20	21	22	11	23	21	19	20	22	226	1.808
Auditor Campus	Flávia Cícera X. Machado*	20	19	22	20	21	00	00	00	00	00	00	00	102	816
	Juarez Batista Viana	10	18	22	20	21	22	11	22	21	19	20	22	228	1.824
TOTAL HORAS														13.688	

*Previsão para Licença a Maternidade e férias

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em virtude de alguns fatores externos, não programados, como: trabalhos especiais, atendimento às demandas emanadas dos Órgãos de Controle, do Conselho Superior, do Reitor e dos diretores dos *Campi*.

b) Conhecimentos necessários

Para o bom desempenho das ações propostas neste PAINT, torna-se necessário o conhecimento dos documentos internos da Instituição bem como as legislações relacionadas (com seus anexos e correlatos) a cada uma das ações:

Processos/procedimentos e áreas	Legislação relacionada
Ensino, Pesquisa e Extensão	Lei 9394, de 20/12/1996 LDB Lei 13.005, de 25/06/2014 PNE Regulamento para gestão das atividades docentes Regulamento das atribuições dos coordenadores de curso de graduação Regulamento dos colegiados dos cursos de graduação Regulamento do Núcleo Docente estruturante dos cursos de graduação Regulamento das atividades de extensão
Transferência de recursos	Decreto 6170, de 25/07/2007 Decreto 5.504, de 05/08/2005 Portaria Interministerial 507, de 24/11/2011 Portaria Conjunta nº 08, de 07/11/2012

Processos/procedimentos e áreas	Legislação relacionada
Obras – Contrato e execução	Lei 6.796, de 07/12/1977 Decreto 7983, de 08/04/2013
Licitações e contratos	Lei 9.784, de 29/01/1999 Processo Administrativo Lei 8.666, de 21/06/93 e suas alterações Lei nº 10.520, de 17/07/02 Decreto nº 5.450, de 31/05/05 Decreto 3.555, de 08/08/2000 Regulamenta Pregão Decreto 7.892, de 23/01/2013 SRP Decreto 3.722, de 09/01/2001 SICAF Decreto 8.538, de 06/10/2015 Lei 12.232, de 29/04/2010 Licit Publicidade Lei 12.462, de 04/08/2011; Decreto 7.581, de 11/10/2011 RDC LDO, LOA Lei 8429, de 02/06/92 e suas alterações IN nº 02, de 11/10/2010 SICAF IN nº 02, de 30/04/2008 Contratos de terceiriz IN 05, de 27/06/2014 Pesquisa de preços IN 03, de 16/12/2011 Proced pregão eletr Port 306, de 13/12/2001 Cotação eletr IN 01, de 19/01/2010 Critérios Sustent amb em licit
Avaliação dos controles internos	Decreto 7.746, de 05/06/2012 IN nº 10, de 12/11/2012 Portaria Interministerial 140, de 16/03/2006
Transporte	Lei 1.081, de 13/04/1950 - Uso de veículos IN 03, de 15/05/2008 - Uso de veículos Decreto 6.403, de 17/03/2008 - Uso de veículos IN 166, de 08/08/1984 - Gestão e Manutenção frota
CPGF – Cartão de pagamento do governo federal	Decreto 5355, de 25/01/2005 - Utilização do CPGF Decreto 93872, de 23/12/1986 - Suprimento de fundos Portaria 90, de 24/04/2009 - Institui o SCP Portaria 41, de 04/03/2005 - Estabelece normas uso CPGF
Almoxarifado	Lei 4.320, de 17/03/1964 IN 205, de 08/04/1988
Auxílios financeiros a estudantes e servidores	Decreto 7234, de 19/07/2010 - Programa Nacional Ass Estudantil Regulamento de Assistência Estudantil do IFNMG Regulamento de Bolsas de extensão para discentes Normas do programa de bolsa Monitoria

c) Resultados Esperados

Os resultados esperados em decorrência dos objetivos propostos nas ações são:

- Melhoria do desempenho das áreas meio e fim da Instituição em relação às atribuições, normas e procedimentos definidos para as mesmas, colaborando objetivamente para a maximização dos resultados a serem alcançados;
- Assegurar a efetiva implementação das recomendações e determinações dos Órgãos de Controle nos prazos estabelecidos;
- Assegurar a utilização de rotinas eficazes e eficientes, além de garantir a adequação à legislação pertinente.
- Melhorar a aderência dos processos administrativos à legislação vigente.

d) Ações de fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna:

Revisão de Normativos e nova Estrutura: Visando o fortalecimento da Unidade, no final do ano de 2015 serão efetuadas mudanças na estrutura organizacional da Auditoria Interna do IFNMG. O ponto central desta reestruturação será a concentração dos auditores internos na Reitoria e a distribuição destes em equipes de trabalho. Entendemos que a nova estrutura contém subsídios suficientes com vistas a atingir com mais eficiência e eficácia os objetivos propostos pela Auditoria Interna.

Pretende-se também a aprovação pelo Conselho Superior do Regimento Interno de Auditoria Interna do IFNMG objetivando uma padronização dos trabalhos a serem executados.

e) Desenvolvimento Institucional e Capacitação:

O objetivo das ações de desenvolvimento institucional e capacitação é fortalecer a Unidade de Auditoria Interna no sentido de que possa cumprir com eficiência sua finalidade de adicionar/agregar valor à gestão, proporcionando melhorias nas operações e assessoramento à alta administração do IFNMG.

Ação	Objetivo	Período	R.Humanos
1. Participar de capacitações nas áreas de auditoria governamental, pessoal, fiscalização de obras, orçamento e contabilidade pública oferecidas pela ESAF e pela CGU no Programa Capacita	Propiciar treinamento aos servidores técnico-administrativos lotados na Auditoria Pública visando uma melhor qualificação da equipe.	Janeiro a dezembro, conforme cronograma dos cursos nas Instituições.	320 horas
2. Participar do Fórum Nacional dos Auditores Internos do MEC – FONAI/MEC	Compartilhar experiências diretamente relacionadas aos IFs com intuito de compartilhar experiências bem como aprimorar os conhecimentos através dos cursos oferecidos.	Mai e Novembro	320 horas
3. Fomentar palestras e reuniões sobre assuntos relacionados ao controle interno e externo	Fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle da Instituição.	Janeiro a dezembro	120 horas

f) Descrição das Ações de Auditoria Interna

O setor de Auditoria Interna atuará nos seguintes processo/procedimentos e áreas: Licitações e Contratos, Almoxarifado, avaliação dos Controles Internos, Ensino, Pesquisa e extensão, Transporte, Auxílio Financeiro a Estudantes, Obras, Transferência de Recursos e Cartão de Pagamento do Governo Federal. Estes foram definidos seguindo os critérios quanto a criticidade, materialidade e relevância descritos no item IV deste Plano; e quanto aos objetivos almejados por meio da auditoria.

Ações de Auditoria Interna

Ação nº	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Área	Período HS/Servidor	Escopo	Forma
1	Fazer o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2015 do IFNMG.	Auditoria Interna	Apresentar os resultados dos trabalhos das auditorias efetuadas no decorrer do exercício 2015; Emitir relatório, citar fatos relevantes e descrever ações que ocorreram em todas as áreas da instituição em 2015;	Controle da Gestão	Janeiro 01 servidor 80 horas	Elaborar o RAIN/2015, baseado nas informações fornecidas pelos auditores de cada campus do IFNMG, em conformidade com os Art. 3º ao 8º, da IN/CGU nº 01, de 03/01/07, que será enviado à CGU, de acordo com o Art. 10, da IN/CGU nº 07, de 29/12/06, alterada pela IN/CGU nº 09, de 14/11/07.	Direta
2	Participação efetiva da Unidade de Auditoria Interna em Fóruns, Reuniões e Treinamentos.	Auditoria Interna	Visar o fortalecimento das atividades da Auditoria Interna na Instituição; Adquirir conhecimentos para o aprimoramento dos trabalhos de auditoria interna; Proporcionar ações de autocorreção dos métodos de trabalho do auditor;	Controle da Gestão	Março a Dezembro 08 servidores 760 horas	Participação em dois fóruns FONAI/MEC (1º e 2º semestres/2016), reuniões e encontros da CGU/MG para o aperfeiçoamento das atividades de auditoria interna, bem como de outros cursos correlatos à atuação da auditoria interna.	Direta
3	Fazer o planejamento dos trabalhos da auditoria interna – PAINT/2017, do IFNMG.	Auditoria Interna	Elaborar, com a participação de todos os auditores, as atividades de auditoria para o exercício seguinte;	Controle da Gestão	Outubro 08 servidores 320 horas	Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2017 conforme estabelece o Art. 2º, Incisos I a VIII, e § 1º ao 3º, da IN/CGU nº 01, de 03/01/2007, de acordo com o artigo 4º, da IN nº 07/06, alterada pela IN nº 09/07 e Art. 6º da IN/CGU nº 01/07.	Direta
4	Reserva Técnica	Auditoria Interna	Assessoramentos e Orientações aos vários setores da Instituição; Acompanhar o cumprimento das recomendações da Auditoria Interna, dos Controles Interno(CGU) e Externo(TCU).	Reserva Técnica	Janeiro a Dezembro 08 servidores 2.454 horas	Assessoramento a administração com emissão de orientações, minutas de normas/portarias, bem como palestras informativas para todos os servidores das unidades demandadas; Auxílio na elaboração/alterações das normas internas da Instituição.	Indireta
5	Avaliação dos Controles Internos	Direção Geral	Verificar a existência de controles internos em todos os setores da Instituição; Verificar se os normativos e regulamentos da Instituição estão sendo cumpridos; Verificar a existência de mapeamento de processos da Instituição;	Gestão	Janeiro a Abril Equipe I 1.274 horas	Verificar a existência dos controles Internos, bem como os normativos e regulamentos; Verificar se os mesmos estão sendo cumpridos; Verificar a existência de mapeamento de processos.	Direta
6	Avaliar, por amostragem, a legitimidade, efetividade e eficácia das atividades de ensino pesquisa e extensão.	Pro Reitorias de Ensino, Pesquisa e	Avaliar o cumprimento do regulamento para gestão da atividade docente, bem como o acompanhamento dos projetos de pesquisa e extensão, atendimento da transparência	Ensino, Pesquisa e extensão	Janeiro a Abril Equipe II	Verificar o cumprimento das atividades propostas pelo docente, relacionadas no seu Plano de Atividade. Os exames serão feitos com base nos Planos entregues, analisando a efetividade nas atividades propostas para	Direta e Indireta

Ação nº	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Área	Período HS/Servidor	Escopo	Forma
		extensão	conforme o disposto na Lei 9394. Verificar também como ocorre as atividades de extensão e pesquisa na Instituição.		1.214 horas	ensino, pesquisa e extensão. Verificar a publicização tempestiva e eficaz das informações relativas aos cursos ofertados pelo IFNMG.	
7	Avaliar a situação das transferências da UJ, dando ênfase para Fundações de Apoio e outras Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos, feitas mediante convênio, termos de parceria, contratos de repasse, contratos de gestão, acordos, ajustes, contratos de receita ou instrumentos congêneres.	Direção Geral	Verificar a observância da legislação vigente nos termos; Analisar as prestações de contas feitas pelos conveniados; Propor ações preventivas/ corretivas para tentar sanar possíveis falhas;	Gestão Orçamentária e Financeira	Janeiro a Abril Equipe III 1.050 horas	A avaliação deve abordar: - A situação da prestação de contas e os documentos apresentados; - O cumprimento do objeto do Termo; - A quantidade e a completude das informações referentes ao termo inseridas no Sistema SICONV.	Indireta
8	Verificar divergências entre os relatórios emitidos pelo Almoxarifado e registros contábeis do SIAFI, visita para verificar as condições de armazenamento e registro no setor. Controles de entrada e saída e Relatório Mensal de Almoxarifado - RMA. Validade dos produtos.	Setor de Almoxarifado	Verificar a existência de inconsistência entre os relatórios do setor e os registros contábeis do SIAFI; Propor ações preventivas/ corretivas para tentar sanar possíveis falhas;	Gestão Operacional	Maio a Agosto Equipe I 1.124 horas	Os exames serão realizados por amostragem, detectando fatores relevantes que envolvam riscos: Exame dos controles de estoque (registros) de materiais e requisições; Armazenamento dos materiais de consumo e permanentes e as condições do ambiente; Verificar demanda de materiais com a previsão de consumo, para evitar sobras desnecessárias.	Direta
9	Análise dos processos relacionados a Assistência Estudantil e Bolsas concedidas a alunos da Instituição nas ações 20RW e 2994.	Setor de Ensino e Setor Financeiro	Verificar se os editais de concessão estão de acordo com a legislação; Verificar se os documentos apresentados pelos discentes estão de acordo com o edital; Verificar a existência de instrumentos/ procedimentos que comprovem a veracidade das informações prestadas pelos discentes.	Gestão	Maio a agosto Equipe II 1.208 horas	A análise será feita por amostragem nos editais de concessão de benefícios e nos documentos apresentados pelos discentes.	Direta
10	Acompanhamento de Obras	SEOF DINFRA	Acompanhar o planejamento e execução das obras no âmbito do IFNMG, bem como as cláusulas contratuais.	Bens e Serviços	Maio a Setembro Equipe III 1.412 horas	O acompanhamento será feito através de visitas "In loco" e análise dos projetos, contratos e seus aditivos/reajustes, medições e pagamentos efetuados, conforme cronograma físico-financeiro.	Direta
11	Avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos licitatórios e contratos, selecionados com base nos critérios de materialidade, relevância e	Comissão de Licitação	Verificar se os processos licitatórios e contratos atendem à legislação vigente; Verificar a efetividade na fiscalização dos contratos e seus aditivos;	Bens e Serviços	Setembro a Dezembro	Os exames serão realizados por amostragem, procurando detectar fatores relevantes que envolvem riscos que prejudiquem a Instituição: Formalização de processos e classificação da despesa;	Direta e Indireta

Ação nº	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Área	Período HS/Servidor	Escopo	Forma
	risco.		Propor ações preventivas/ corretivas para tentar sanar possíveis falhas;		Equipe I 1.048 horas	Programação Financeira Anual e fracionamento; Autuação dos processos e suas peças conforme legislação; Restrição de competitividade nos editais; Contratos e eventuais aditivos; Fiscalização; Comprimento das cláusulas;	
12	Verificar a legalidade, legitimidade, eficiência e eficácia dos atos administrativos e da aplicação dos recursos públicos no Setor de Transportes, especificamente nos processos de controle da utilização e manutenção da frota de veículos oficiais.	Setor de Transportes	Avaliação por amostragem dos controles relativos aos veículos: manutenção, abastecimento e documentação, pagamento de horas extras e diárias a motoristas e multas.	Bens e Serviços	Setembro a Dezembro Equipe II 974 horas	Os exames serão realizados por amostragem, analisando os documentos do veículo, de controle de abastecimento, de quilometragem, de entrada e saída, Portarias de Autorização de servidores para condução dos veículos oficiais, habilitação dos condutores, os contratos de manutenção e abastecimento, sinistro e desfazimento.	Direta
13	Avaliar a gestão de uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF.	SEOF	Avaliar a gestão do uso do CPGF; Averiguar se as concessões estão de acordo com a legislação vigente visando inibir desvio de finalidade, fraude e ainda verificar a prestação de contas apresentadas pelo suprido.	Gestão Operacional	Outubro a Dezembro Equipe III 770 horas	Os exames serão realizados por amostragem, procurando detectar fatores relevantes como: Consistência das informações apresentadas pelo suprido na prestação de contas; Conformidade da Instituição na utilização dos cartões com as disposições da legislação vigente; Adequabilidade da estrutura de controles internos para garantir o regular uso dos cartões de pagamento.	Direta